

Objetivos gerais

Dotar os formandos de conhecimentos fundamentais conhecimentos relativos à legislação na área específica dos riscos, sede da sua aplicação e como podem contribuir para diminuição da vulnerabilidade e aumento da resiliência das populações.

Destinatários

Trabalhadores dos Serviços Municipais de Proteção Civil; Trabalhadores das autarquias locais que desempenhem funções relevantes para a atividade de proteção civil (Despacho n.º 5340/2014).

Pré-requisitos

Sem requisitos predefinidos.

Formandos por ação

Até dezasseis (16) formandos por ação.

Modalidade de formação

Formação certificada não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações – outra formação profissional.

Forma de organização da formação

Regime presencial, sendo obrigatória a frequência de 90% da carga horária.

Locais de realização

Nas instalações da Escola Nacional de Bombeiros ou nas instalações da entidade cliente.

Data e horário de realização

A acordar com a entidade cliente (cinco dias úteis consecutivos - de segunda-feira a sexta-feira, das 9h00 às 17h00).

Conteúdos programáticos e carga horária

Conteúdos programáticos	Carga horária			
	CT	PS	PCT	Total
Abertura: – Justificação do curso e objetivos; – Apresentação do curso e respetivos módulos; – Organização logística.	0h30			0h30
Módulo 1 - Legislação relativa à Proteção Civil: – Enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil na estrutura municipal; – Modelo de organização da ANPC: atribuições no âmbito da previsão e gestão de riscos, da atividade de proteção e socorro, das atividades dos bombeiros e em matéria de planeamento de emergência.	3h00			3h00
Módulo 2 - Legislação relativa aos incêndios florestais: – Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI); – Componentes das redes de defesa da floresta contra incêndios; – Medidas de defesa de pessoas e bens previstas no SDFCI; – Planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal, objetivos no âmbito da segurança de pessoas e bens.	3h30			3h30
Módulo 3 - Legislação relativa aos recursos hídricos: – Lei da titularidade dos recursos hídricos: áreas pertencentes ao Domínio Público Hídrico, restrições de utilidade pública; – Lei-Quadro da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações e contra rotura de infraestruturas hidráulicas; – Necessidade de cartografia e regulamentação municipal de zonas inundáveis, para os perímetros urbanos atingidos por cheias.	4h00			4h00
Módulo 4 - Legislação relativa à segurança em barragens: – Regulamento de Segurança de Barragens (RSB): classificação de barragens em função dos danos potenciais a elas associados; – Necessidade de Planos de Emergência Internos e Externos; – Articulação do RSB com a Lei-Quadro da Água.	3h00			3h00
Módulo 5 - Legislação relativa a Acidentes Industriais Graves: – Regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e limitação das suas consequências; – Medidas de prevenção e controlo ao nível dos planos municipais de ordenamento do território e operações urbanísticas; – Necessidade de Planos de Emergência Internos e Externos.	4h00			4h00

Módulo 6 - Legislação relativa a Transporte de Matérias Perigosas: – Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada; – Possibilidade de restrições ao transporte pelas autoridades competentes.	3h00			3h00
Módulo 7 - Segurança Contra Incêndios em Edifícios: – O regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios: utilizações tipo, categorias de risco e locais de risco; – Regulamento Técnico SCIE. Regulamentação técnica das condições de gerais e específicas da SCIE.	3h00			3h00
Módulo 8 - Legislação relativa ao Ordenamento do Território: – Sistema de Gestão Territorial e Instrumentos de Gestão Territorial; – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, normas e procedimentos dos processos de ordenamento do território; – Principal legislação relativa a condicionantes à ocupação do território; – Exigências da legislação específica dos riscos nos processos de ordenamento do território.	4h00			4h00
Módulo 9 - Legislação relativa a Avaliação Ambiental Estratégica e Avaliação de Impacte Ambiental: – O Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE); – A AAE como ferramenta de gestão do risco e contributo para o aumento resiliência das populações; – O Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA); – A AIA como ferramenta de gestão do risco e contributo para o aumento da resiliência das populações.	3h00			3h00
Avaliação: – Avaliação teórico-prática.	3h30			3h30
Encerramento: – Sessão de encerramento.	0h30			0h30
CT: científico-tecnológico (teórica); PS: prática simulada; PCT: prática em contexto de trabalho.	35h00	---	---	35h00

Metodologias de formação

Método expositivo – o formador desenvolve oralmente os temas.

Método interrogativo – formulação de questões no sentido de conduzir o formando a encontrar os resultados desejados.

Método demonstrativo – o formador ensina a executar tarefas, tendo por base uma demonstração.

Método ativo - execução de tarefas e confronto com situações simuladas que exigem a procura de soluções.

Crítérios e metodologias de avaliação

Avaliação formativa, realizada ao longo da ação e em todas as situações de aprendizagem.

Avaliação sumativa, realizada através da aplicação de prova(s) escrita(s) e/ou prática(s).

Para aprovação é condição obrigatória a obtenção de nota positiva na(s) prova(s) escrita(s) e prática(s).

Recursos humanos

A garantir pela ENB:

Formador(es) com habilitação profissional específica na área, detentor(es) de CAP ou CCP de formador.

Recursos pedagógicos

Não aplicável.

Espaços e equipamentos

Espaços a disponibilizar pela entidade cliente (em ações realizadas nas instalações da entidade cliente):

Sala de formação equipada com computador (com colunas de som), videoprojector, quadro branco ou similar, marcadores e apagador.

Os formandos devem ser portadores de:

Cópia do documento de identificação, se consentido pelo titular (Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão, Passaporte e/ou Título de Residência) e cópia do documento que indica o n.º de contribuinte.

Seguro

É responsabilidade da entidade cliente garantir que os participantes na ação estão cobertos por um seguro que cubra eventuais acidentes.

Certificação

Concluída a ação, com aproveitamento, e após boa cobrança da(s) fatura(s), são emitidos os respetivos certificados.

Certificados emitidos via Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), conforme Portaria 474/2010 de 8 de julho.

Preço

Sob consulta.